



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006901-93.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **GIULIA MEISEGEIER CATTANI**  
 Requerido: **DETRAN SP Departamento Estadual de Transito e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**VISTOS.**

Trata-se de Ação Declaratória c.c. Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela proposta por **GIULIA MEISEGEIER CATTANI** em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DETRAN/SP**, objetivando a nulidade do bloqueio que impede a emissão de sua CNH definitiva, bem como a transferência das pontuações, objeto dos Autos de Infração de Trânsito nºs 1K1325303, 1K0086633 e 1K0293503, para os reais condutores. Aduz que não é responsável pelo cometimento das infrações descritas na inicial e que no prazo determinado pela legislação, indicou os verdadeiros condutores, razão pela qual as pontuações não deveriam estar cadastradas em seu prontuário.

A antecipação dos efeitos da tutela foi indeferida (fls. 93/94). Desta decisão a autora interpôs Agravo de Instrumento (98) ao qual foi negado provimento pelo E. Tribunal de Justiça (fls. 142/147).

Citado o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN/SP apresentou contestação (fls. 131/139). Arguiu, preliminarmente, ilegitimidade passiva, requerendo ao menos seja reconhecida a existência de litisconsórcio passivo necessário. No mérito, afirma que a autora não cumpriu as disposições contidas no artigo 257, § 7º, do CTB e artigo 4º, da Resolução nº 404 de 12.06.2012. Requereu a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 148/149.

Oficiado, o DER informou ter rejeitado a indicação dos condutores feita



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pela requerente, uma vez que ela deixou de encaminhar cópia de identificação do proprietário do veículo (fls. 155/161).

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

Não é o caso de se acolher a preliminar invocada pelo DETRAN. Isso porque, de fato, é dele a competência para inclusão ou exclusão de pontuação nos prontuários de condutores, conforme previsão contida no art. 3º, §3º da Portaria 151 do DETRAN: "As modificação ou exclusões de pontuação somente poderão ser realizadas pelos diretores das unidades de trânsito do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP, sob sua exclusiva responsabilidade, utilizando-se as mesmas transações disponibilizadas para tal finalidade, através do código e senha de acesso destinados ao sistema de autenticação digital".

Conforme o disposto no art. 6º, § 1º, da Resolução n.º 182/05 do CONTRAN, aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito que aplicam penalidades no caso, o DER cabe, tão-somente, efetuar a respectiva comunicação aos órgãos de registro da habilitação do infrator quais sejam, Detran e Ciretrans -, sendo os últimos os responsáveis pela anotação e manejo dos pontos daí provenientes.

Logo, percebe-se que o DER não possui qualquer prerrogativa atinente à administração das pontuações decorrentes das autuações por ele levadas a cabo, motivo pelo qual não se configura o litisconsórcio passivo aventado.

No mais, o pedido merece acolhimento.

Com efeito, analisando os autos, em especial as cópias das Notificações de Autuação por Infração à Legislação de Trânsito trazidas aos autos pelo DER (fls. 156/161), observa-se que, de fato, a requerente indicou, no prazo legal, os verdadeiros condutores, instruindo as indicações com cópia da CNH dos infratores.

Da informação do DER juntada às fls. 155, extrai-se que o motivo pelo qual as indicações de condutores feita pela requerente foram rejeitadas pela “falta de documento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de identificação do proprietário do veículo”.

Ora, a negativa da transferência das pontuações sob tal argumento, com o consequente impedimento à expedição da CNH definitiva da requerente configura excesso de formalidade que não se coaduna com os fins pretendidos pela legislação que rege a matéria.

Isso porque a falta de documento de propriedade do veículo é suprida por simples consulta ao sistema informatizado do requerido, não se mostrando razoável o impedimento da expedição de sua CNH definitiva.

Neste sentido é a Jurisprudência:

**“TRÂNSITO. IDENTIFICAÇÃO DE CONDUTORES, PARA TRANSFERÊNCIA DE PONTOS NO CADASTRO DE TRÂNSITO, DEPOIS DE VENCIDO O PRAZO INSCRITO NO § 7º DO ART. 257 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. - O prazo de 15 dias inscrito no § 7º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro, tempo cifrado à identificação do infrator perante a repartição de trânsito, é prazo para providência de caráter burocrático, não se vistando na lei aplicável que se estenda a correspondente reclusão administrativa para também interditar o revolvimento judicial da matéria. - Aliás, o tempo de preclusão administrativa somente equivale ao de algum óbice judiciário, quando, no que concerne à órbita jurisdicional, seja prazo de caducidade ou de prescrição. – Diante de documentação idônea da anuência de terceiro quanto à infração que lhe foi atribuída, cabe reconhecer a almejada transferência da pontuação no cadastro de trânsito, visto que extirpada a dúvida sobre a autoria infracional em tela. Não provimento da apelação.”** (Apelação nº 0022771- 90.2012.8.26.0344, 11ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Ricardo Dip, j. Em 11.03.2014).

Desse modo, comprovada a indicação dos reais condutores pela parte autora, cabe reconhecer a almejada transferência da pontuação no cadastro de trânsito, uma vez que dúvidas não há acerca da autoria infracional.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, para reconhecer o direito da parte autora de obter sua CNH definitiva, desde que, evidentemente, estejam preenchidos os demais requisitos exigíveis e inexistentes quaisquer outros óbices à

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

expedição, bem como para determinar a transferência das pontuações aos seus reais condutores em relação aos autos de infração mencionados na inicial.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, nos termos da lei.

Ante os elementos que evidenciam a probabilidade do direito da requerente, bem como o perigo de dano, já que ela poderá não obter sua CNH definitiva e ser impedida de dirigir, antecipo os efeitos da tutela e determino que o requerido promova a exclusão das pontuações decorrentes dos Autos de Infração de Trânsito nºs 1K1325303, 1K0086633 e 1K0293503 e expeça a Carteira Nacional de Habilitação definitiva, desde que preenchidos os demais requisitos legais.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**